

DIA 15

16-01-2019

**Periodicidade:** Mensal  
**Classe:** Informação Geral  
**Âmbito:** Nacional  
**Tiragem:** 20000

**Temática:** Economia  
**Dimensão:** 2350 cm<sup>2</sup>  
**Imagem:** S/Cor  
**Página (s):** 12/13



## TEMA DE CAPA

# O insustentável peso da carga fiscal

● Ganhamos mal e pagamos demasiados impostos. Ao nível da tributação indirecta, sobretudo, o Estado tem-se revelado um insaciável redutor do rendimento líquido dos portugueses. Os encargos fiscais da classe média avolumam-se, muitas vezes sem contrapartidas visíveis. Os contribuintes de hoje correm o risco de tornar-se os novos proletários de amanhã.

≡ Pedro Correia

A questão do pagamento das despesas do Estado com o recurso sistemático à tributação fiscal será cada vez mais controversa nos anos que vão seguir-se. Sobretudo nos países que, como Portugal, atravessam uma grave crise demográfica coincidindo com o prolongamento natural da esperança de vida.

O tema tem inflamado a opinião pública um pouco por toda a Europa. Com destaque para França, onde pelo terceiro mês consecutivo largos milhares de manifestantes saem à rua exigindo o desagravamento fiscal, o que já forçou o Presidente Emmanuel Macron a congelar o anunciado aumento dos impostos sobre os combustíveis que deveria entrar em vigor em 2019. Este anúncio apaziguou alguns ânimos mas não desmobilizou por completo os protestos no país da União Europeia onde a carga fiscal é mais pesada, correspondendo a 48,4% da riqueza produzida anualmente. Bélgica (47,3%) e Dinamarca (46,5%) são os outros países do espaço comunitário onde os impostos pesam mais na relação com o produto interno bruto.

Portugal encontra-se abaixo da média comunitária, que em 2017 se fixou em 40,2%, e do padrão

médio da eurozona, que atingiu 41,14% no mesmo ano. Mas a relação entre os impostos que pagamos e a riqueza que somos capazes de produzir vem-se alterando em tendência ascendente para as arcas do tesouro público: em 2017, ano dos últimos dados estatísticos completos até agora disponíveis, a carga fiscal atingiu o valor mais elevado no nosso país desde 1995, quando a nossa moeda oficial ainda era o escudo.

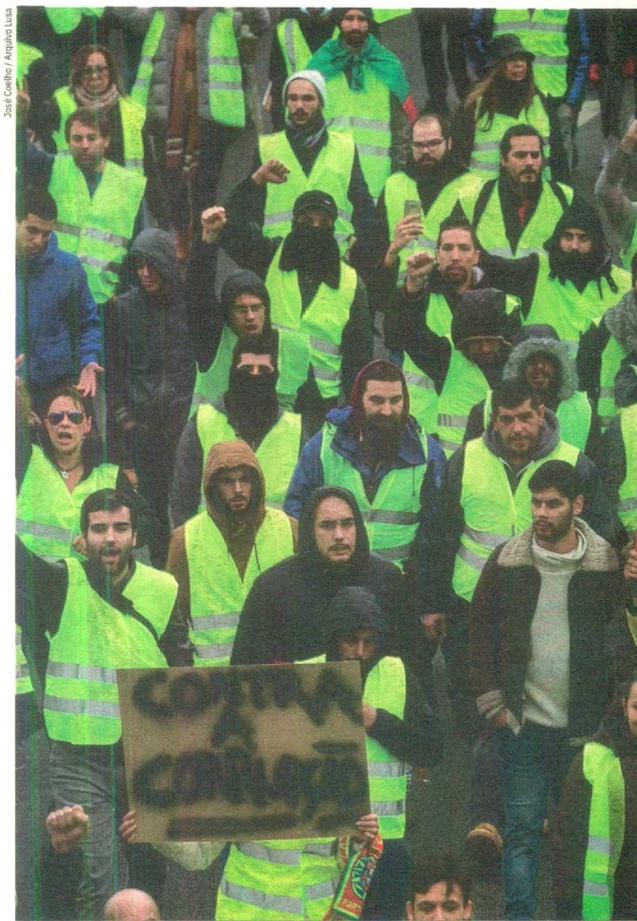
O descontentamento já com reflexos nas ruas e praças de Paris pode alastrar neste ano a outras capitais europeias, incluindo Lisboa. A brutal crise financeira de 2008 no hemisfério ocidental demonstrou como as “conquistadas” do Estado Social, que muitos supunham irreversíveis, são afinal bastante mais frágeis do que a cartilha do optimismo militante deixava antever. O tecido social está em deslizamento constante: os membros da classe média de hoje podem tornar-se os proletários de amanhã.

É precisamente a classe média quem mais se queixa, justificadamente, de ser espremida com impostos. Não apenas com os directos, como o IRS, que até beneficiaram de um ligeiro alívio nos últimos três anos, mas com os indirectos, em que incidiram os agravamentos registados desde 2016, quando o primeiro-mi-

nistro António Costa e o ministro das Finanças, Mário Centeno, alteraram as prioridades na política fiscal do Estado. Os indirectos valem hoje cerca de 13% do PIB nacional, confirmando Portugal como um dos países da OCDE em que a oneração fiscal do consumo tem maior peso na economia. Isto contribuiu para que, entre Janeiro e Novembro de 2018, entrassem cinco milhões de euros por hora em impostos nos cofres do Estado.

A retenção na fonte, com efeito imediato no salário líquido, pesa sempre mais na percepção imediata do contribuinte do que os impostos diluídos nas facturas dos consumos diversos. Mas estes vêm aumentando de ano para ano, revestidos aliás de modalidades cada vez mais criativas de tributação das pessoas individuais e colectivas. Seja em forma de taxa adicional de solidariedade no último escalão do IRS, seja em forma de adicional do Imposto Municipal de Imóveis, seja na derrama estadual sobre os lucros das empresas, seja na contribuição especial sobre o sector energético, seja no agravamento do imposto especial sobre o consumo para as bebidas açucaradas.

**Impostos, taxas e taxinhas**  
 Quantos impostos temos de pagar? Existem os impostos sobre o rendimento (IRS para as pessoas



● Protesto de “coletes amarelos”: tributação muito elevada penaliza sobretudo as classes médias.

**A obsessão em lançar taxas faz cruzar por vezes a linha da legalidade. Em 2018, o Tribunal Constitucional considerou ilegais as taxas municipais de protecção civil criadas em Lisboa, Gaia e Setúbal**

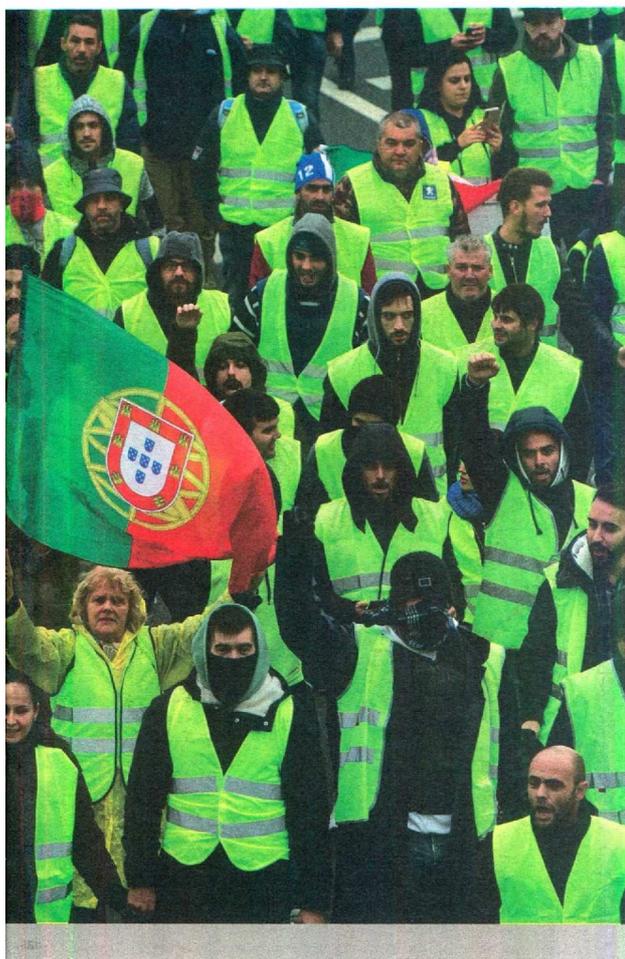
singulares, IRC para as pessoas colectivas), os impostos sobre o consumo (IVA, Imposto de Selo), os impostos sobre o património (IMI e respectivo adicional, Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, novamente o Imposto de Selo para este efeito).

Existe o Imposto Especial sobre o Consumo, dividido por três capítulos vitais como fonte de rendimento do Estado: Imposto sobre o Alcool e as Bebidas Alcoólicas, Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos, Imposto sobre o Tabaco.

Há ainda a tributação automóvel, que se divide em Imposto sobre Veículos (ISV) e Imposto Único de Circulação (IUC), este também com um adicional, destinado aos veículos potencialmente mais poluentes.

No âmbito da Lei das Finanças Locais, as empresas de natureza

## TEMA DE CAPA



ma de compensação de um determinado serviço.

A manifesta obsessão em lançar taxas faz cruzar por vezes a linha da legalidade. Em 2018, o Tribunal Constitucional considerou ilegais as taxas municipais de protecção civil criadas pelas câmaras de Lisboa, Vila Nova de Gaia e Setúbal, obrigando-as a restituir aos municípios a verba entretanto arrecadada.

### Paçar para quê?

Eis uma questão fundamental colocada pela generalidade dos contribuintes: que retorno temos dos impostos que pagamos? Uma questão que ganha ainda mais importância nestes tempos marcados por sucessivas cativações orçamentais, num grau nunca antes conhecido em Portugal: cerca de dois mil milhões de euros inscritos nos três últimos Orçamentos do Estado ficaram congelados por decisão do ministro das Finanças – com evidente prejuízo para a qualidade dos serviços públicos. A iminente ruptura no sector da saúde e em diversas infraestruturas, com destaque para as ferroviárias, é hoje indissociável.

Mais de um terço dos nossos impostos destina-se ao financiamento da protecção social em situações de velhice, pobreza, desemprego, doença ou invalidez.

### Nove em cada dez euros que o Estado nos cobra são canalizados para o pagamento de salários e prestações sociais

A despesa com pensões da segurança social ou da Caixa Geral de Aposentações atingiu 26 mil milhões de euros em 2017, correspondendo a um aumento de 1,4% face ao ano anterior.

No cômputo geral, nove em cada dez euros que o Estado nos cobra são canalizados para salários e prestações sociais.

### Recursos sempre escassos

A verdade é que os recursos são sempre escassos. E embora 2018 tenha sido o ano da maior cobrança fiscal de que há registo, continua a faltar dinheiro para o investimento e a manutenção dos serviços públicos. Entre crescentes reivindicações dos trabalhadores da administração pública, que, na prática, verão o salário mínimo aumentado este ano para 635 euros – bem acima dos 600

euros entretanto fixados para os trabalhadores do sector privado. No primeiro semestre de 2018 havia 675.320 trabalhadores da administração pública em Portugal.

O problema de fundo vem de muito longe: o peso desproporcionado do Estado. Num país em que quase metade (cerca de 48%) dos cinco milhões de famílias que declaram rendimentos anuais às finanças não paga IRS. Deste imposto estarão isentos, a partir deste ano, todos quantos ganhem até 635,64 euros por mês.

A carga tributária é, no essencial, suportada pela classe média – ou do que dela resta. Os 240 contribuintes mais ricos em Portugal – com um património superior a 25 milhões de euros ou um rendimento médio anual acima de 5 milhões – só contribuem para 0,5% da receita global de IRS. Entretanto, a máquina fiscal prepara-se para passar a pente fino todas as contas com saldo acima de 50 mil euros. Como se a poupança fosse delito em Portugal.

Em 1961, como lembrava há tempos João Taborda da Gama no “Diário de Notícias”, Salazar decretou um agravamento fiscal. «Tinha começado a Guerra do Ultramar e nesse ano foi preciso aprovar uma série de impostos, uns para conseguir mais receita (sobretudo nos combustíveis) e outros para entreter o pagode, sobretudo para fazer crer que o esforço de guerra estava a ser suportado pelos ricos, com um imposto sobre os refrigerantes e outro sobre os produtos supérfluos e de luxo. Foram impostos de pouco dura, e de receita quase nula, que foram revogados na primeira esquina, tal foi o sarilho em que meteram as empresas e o fisco para o tentar cobrar», recordou este advogado.

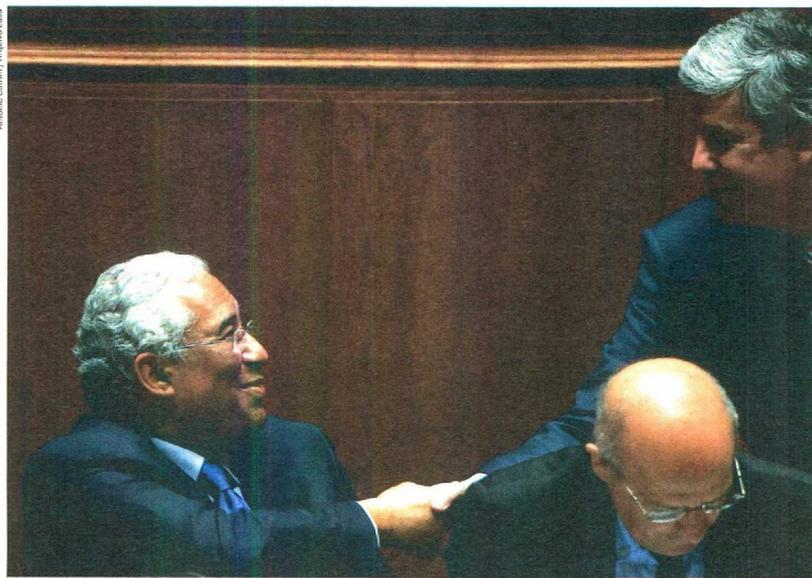
A relação entre os portugueses e o fisco sempre foi turbulenta. A insurreição da Maria da Fonte, que em 1846 fez cair o Governo e pôs em xeque o próprio trono, resultou de uma revolta popular contra a reforma tributária decretada pelo gabinete autocrático de Costa Cabral que ameaçava tornar ainda mais exíguos os escassos rendimentos dos camponeses e pequenos lavradores. Convém nunca perder de vista as lições da História. ●

comercial, industrial ou agrícola são forçadas a pagar a derrama ao município onde se encontram instaladas, na proporção do rendimento que geram.

Subsiste, para além disto, todo um emaranhado de taxas e taxinhas de que é difícil descortinar um fim. Alguns exemplos: a Contribuição Audiovisual, para financiar a televisão e a rádio públicas; a taxa moderadora, a pagar por muitos utentes de hospitais; a taxa de justiça, cobrada nos tribunais; a taxa de ocupação do subsolo, que vigora em várias autarquias, em contrapartida do aproveitamento de bens do domínio público pelas redes de distribuição de gás natural. Sem esquecer as portagens rodoviárias e as propinas universitárias.

A diferença entre imposto e taxa reside, acima de tudo, no carácter coercivo do primeiro. A taxa só deve ser paga como for-

António Costa / Arquivo Lusa



● António Costa e Mário Centeno optaram por agravar os impostos indirectos, que penalizam o consumo.